



10 a 11
de outubro

Pavilhão
de Carapina
Vitória-ES

CONFEA

Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia



mútua

Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

Título

Número:

Parceria Público Privado com Associações de Profissionais do Sistema CONFEA/CREA e MÚTUA

Abrangência: Nacional

Eixo Temático: Reurbs, Moradia, Tecnologia Social

Indicador(es) impactado(s) pela Proposta?

Moradia: Domicílios com coleta de Resíduos Adequada; Domicílios com Iluminação Elétrica Adequada; Domicílios com Paredes Adequadas; Domicílios com Piso Adequado. Proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados.

Situação existente:

Tenho feito palestras sobre REURB em Associações de Profissionais em vários municípios, e os problemas que mais encontro são, moradias executadas sem o mínimo de acompanhamento profissional, seja por condições econômicas, seja pelo cidadão aproveitar de uma situação de falta de fiscalização por parte do setor público, Prefeituras, que não possuem em seu quadro de funcionários, profissionais habilitados para fiscalização, por exemplo, mas também, profissionais que possam desenvolver projetos habitacionais para população de baixa renda, assim como fazer o acompanhamento das execuções dessas obras, afim de que, melhore a qualidade de vida dos moradores/cidadãos, sendo que na maioria dos municípios que já visitei e conheci, existem bairros inteiros, as vezes irregulares, pois sofreram uma aprovação de parcelamento de solo, mas não foram executadas todas as obras de infraestruturas, por exemplo, ou assentamentos e/ou invasões no qual se consolidaram edificações de qualquer forma, sem nenhum tipo de planejamento, na maioria das vezes, sem nenhuma qualidade de vida para seus moradores, os chamados loteamentos clandestinos. Principal problema nestas condições, é o cidadão não possuir o seu título de propriedade destes imóveis, uma vez que não foram executados da forma correta e/ou salubre. Já o problemas das Prefeituras, na maioria das vezes é o limite da folha de pagamento, que não permite novas contratações e nem viabilidade de concurso público.

Justificativa:

Tendo em vista que em todos os municípios existem profissionais habilitados pelo Sistema Confea/Crea e Mútua, que podem atender as pendências públicas, seria interessante a parceria entre as Associações e o Poder Público, Prefeituras, para o repasse destes serviços técnicos para os profissionais, sem vínculos trabalhistas, mas talvez, contratual, de forma legal, entre as Prefeituras e Associações de Profissionais. Esses serviços podem ser os mais variados, desde simples fiscalizações de obras em andamento, fiscalizações para emissão de documentos de Habite-se, até a execução de projetos habitacionais, com acompanhamento das obras até a conclusão das estruturas, ficando os acabamentos a cargo dos proprietários. O importante, é o controle e respeito as legislações vigentes para moradias, habitações, parcelamentos de solos, áreas institucionais e áreas verdes, para que se consiga uma qualidade de vida.

Proposição:

Criação de um Programa Nacional de Parcerias entre Prefeituras e Associações de Profissionais do Sistema Confea/Crea e Mútua, sem vínculo empregatício, mas, contratual, por serviço e/ou período, com seus respectivos honorários. Uma política limpa, transparente, coerente e de fácil fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Fundamentação Legal:

Art. 1º da Lei nº 5.194, de 1966: As profissões de engenheiro e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 1º do Anexo II da Resolução nº 1.013, de 2005: O Congresso Nacional de Profissionais – CNP é um fórum organizado pelo Confea, apoiado pelos Creas e pelas entidades nacionais, que tem por objetivo discutir e propor políticas, estratégias e programas de atuação, visando à participação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea no desenvolvimento nacional, propiciando maior integração com a sociedade e entidades governamentais.

- Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

No entanto, nos dias atuais, depois da criação da Lei da REURB, Lei Federal, nº 13.465/17, é possível regularizar situações já consolidadas e que precisam de melhorias nas condições de infraestruturas, no qual os profissionais do Sistema Confea/Crea e Mútua, podem auxiliar na execução de projetos e acompanhamentos de obras, principalmente, nas condições da REURB-S, que é de responsabilidade do Poder Público, conforme estabelece a Lei.

Sugestão de mecanismos para implementação:

- Criação de Comissões Municipais para levantamentos de problemas e serviços.
- Nas Associações, criação de comissões de profissionais da região que queiram participar do Programa de Parceria, para posterior distribuição de serviços e projetos.
- Criação de plataformas digitais de intercomunicação entre Prefeituras e Associações, para a transmissão de serviços rápidos de fiscalização, por exemplo.